TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a elaboração de imagens digitais ilustrativas em 3D do projeto arquitetônico do Centro Comunitário de Bom Jesus/SC, com o objetivo de proporcionar uma representação visual realista e detalhada da reforma e ampliação da edificação.

Item	Quant	Unid	Descrição	Valor Unit	Valor Total
1	1	Ser	Contratação de empresa especializada para a elaboração de imagens digitais ilustrativas em 3D do projeto arquitetônico do Centro Comunitário de Bom Jesus/SC, com o objetivo de proporcionar uma representação visual realista e detalhada da reforma e ampliação da edificação. • Desenvolvimento de maquete eletrônica tridimensional do edifício e do terreno imediato; • Geração de imagens renderizadas com acabamento profissional, transmitindo os aspectos estéticos, funcionais e sociais do espaço; • Inserção de elementos humanos e urbanos que reflitam o uso real do centro pela população; • Criação de até 05 (cinco) perspectivas externas, em ângulos estratégicos previamente discutidos com o contratante; • Criação de até 05 (cinco) perspectivas internas de 04 (quatro) ambientes distintos em ângulos estratégicos previamente discutidos com o contratante, totalizando 20 imagens internas.	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00

Fica estipulado o Valor de R$ 10.000,00

1.1 A proposta deverá seguir os requisitos estabelecidos no edital;

1.2. A proponente deverá fornecer os itens/serviços, conforme requisição do Município, **em até 30 (trinta) dias úteis** a partir de requisição do município, que poderá se dar através de qualquer meio de comunicação (ex: e-mail, telefone, pessoalmente, etc), de acordo com a necessidade, podendo ser prorrogada a vigência do contrato nos termos da lei.
1.3. O Município de Bom Jesus efetuará o pagamento que será no prazo de 30 (trinta) dias, após recebimento dos materiais solicitados na Autorização de Fornecimento emitida pelo setor competente à Empresa licitante vencedora e emissão da Nota Fiscal;
1.4. Os valores acima elencados, durante a vigência da presente ata, poderão sofrer alterações mediante necessidade do poder executivo.
1.5. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação de empresa especializada para a elaboração de imagens digitais ilustrativas em 3D do projeto arquitetônico do Centro Comunitário de Bom Jesus/SC é essencial para garantir uma comunicação visual clara, precisa e atrativa da proposta. A representação tridimensional do edifício e de seu entorno imediato proporcionará uma compreensão mais acessível e envolvente do projeto de ampliação e reforma, por parte da comunidade e gestores públicos.
O escopo do trabalho inclui o desenvolvimento de uma maquete eletrônica tridimensional do edifício e do terreno imediato, com a geração de imagens renderizadas de alta qualidade, transmitindo os aspectos estéticos, funcionais e sociais do espaço proposto. As imagens contemplarão a inserção de elementos humanos e urbanos, simulando o uso cotidiano do centro comunitário e reforçando sua função social. Serão produzidas até 5 perspectivas externas em ângulos estratégicos, previamente definidos em conjunto com o contratante, além de até 20 imagens internas, correspondentes a 5 perspectivas de 4 ambientes distintos, também discutidas com a equipe responsável.
A utilização de imagens 3D com qualidade profissional é uma prática amplamente consolidada na arquitetura e urbanismo contemporâneos, sendo indispensável para a transparência, compreensão e valorização de projetos arquitetônicos de interesse coletivo.
Diante disso, a contratação proposta é plenamente justificada, considerando a relevância do Centro Comunitário como equipamento público e sua importância para o fortalecimento da convivência social, cultura e cidadania no município de Bom Jesus/SC.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS COMUNS

3.1 Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no Mercado.
3.2 O objeto da presente contratação se enquadra nessa definição. Trata-se de um serviço comum de natureza técnica, amplamente praticado no mercado por empresas e

profissionais da área de arquitetura, engenharia, design e visualização 3D, cujas características técnicas, padrões de qualidade e critérios de desempenho podem ser claramente definidos no termo de referência e no edital.
3.3 A contratação envolve atividades como: modelagem tridimensional, renderização de imagens com acabamento profissional, inserção de elementos humanos e urbanos, definição de perspectivas internas e externas, e entrega de arquivos digitais em formatos padronizados. Todos esses elementos são tecnicamente especificáveis, mensuráveis e comparáveis entre os fornecedores do mercado, o que permite a adoção de critérios objetivos para julgamento das propostas.
3.4 Dessa forma, a presente contratação pode ser classificada como serviço comum, o que autoriza a adoção de modalidades como pregão ou dispensa de licitação, conforme o valor estimado e demais exigências legais.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

4.1 O aceite do objeto pelo setor competente do Município de Bom Jesus/SC não exclui a responsabilidade do fornecedor ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, e verificadas posteriormente;
4.2 Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá solucionar imediatamente.
4.3 Em caso de substituição do serviço, conforme previsto no subitem anterior, correrão à conta do fornecedor as despesas decorrentes.
4.4 Os itens deverão ser entregues e instalados na Secretaria de Administração.
4.5 Todas as despesas relativas com o completo fornecimento ficarão a cargo da proponente, inclusive despesas com deslocamentos, tributos, armazenamento dos produtos.
4.6 A proponente vencedora deverá responder pelos vícios, defeitos ou danos causados a Terceiros/Município referente ao fornecimento, assumindo os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações e providenciar a imediata substituição dos produtos que contenham irregularidades apontadas pela solicitante.
4.7 O Município de Bom Jesus poderá solicitar a qualquer momento que a proponente efetue a troca do produto quando estes não estiverem atendendo as necessidades administrativas ou quando houver danos resultantes de ato da fornecedora, bem como em casos que o produto não atenda as exigências do edital e seus anexos.
4.8 A contratação será por Dispensa de Licitação com fundamento no Art. 75, inciso I, da Lei 14.133/2021.
4.9 A contratada deverá realizar ajustes por imagem, caso identificadas inconsistências em relação ao projeto arquitetônico ou às diretrizes acordadas previamente.
4.10 A contratada deverá ceder integralmente ao contratante os direitos de uso, reprodução e divulgação das imagens e modelos produzidos, sem ônus adicionais.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE

O Responsável pela Gestão será a servidora **Maria do Carmo Machado.**
O Responsável pela fiscalização será a servidora **Rosane Siqueira.**
A gestão do contrato será realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

DAS OBRIGAÇÕES

6.1. DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

I - O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:
II - Modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;
III - Rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados artigo 137 da Lei 14.133/2021;
IV - Fiscalizar lhe a execução;
V - Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
VI - Fornecer as informações necessárias para a total e completa execução dos serviços;
VII - Efetuar os pagamentos na forma estabelecida no Contrato;
VIII - Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
IX - Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à administração, além de remeter cópias dos documentos relacionados ao fato para os órgãos competentes, para a apuração de ilícitos.

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Cumprir fielmente este Contrato;
II - Prestar os esclarecimentos de que forem solicitados pela fiscalização do contratante;
III - Fornecer o objeto de acordo com o previsto no edital;
IV - Garantir a qualidade dos serviços prestados;
V - Substituir imediatamente o produto que se apresentarem fora das especificações técnicas;
VI - Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
VII - Executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação;
VIII – Comunicar à Contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
IX - Deve ainda a Contratada:
Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao Município requerer que ela seja executada às custas do detentor dos preços registrados, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor dos preços registrados;
O presente edital não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a CONTRATADA colocar a serviço;
Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei.
Pelos danos causados a terceiros, em qualquer caso, durante a execução dos serviços,

bem como a reparação ou indenização sem ônus para o Município;
O proponente vencedor do certame se obriga a agir com zelo e prudência na execução dos serviços da contratação, respondendo exclusivamente por seus atos e de seus prepostos, para o caso de sua ação ou omissão resultar em danos materiais ou morais à administração ou a terceiro, garantindo, inclusive, o direito de regresso, caso a municipalidade seja demandada por tais faltas;
Atender às normas Federais, Estaduais e Municipais regentes do assunto;
Cumprir as determinações da municipalidade;

7. DA SUBCONTRATAÇÃO
6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

8. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
8.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes do capítulo VII da Lei 14.133/2021.
8.2 O contratado é obrigatório a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
8.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensa a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

9. DO REAJUSTE
9.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do deste contrato.
9.2 Após interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciai serão reajustados, mediante aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
9.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
9.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
9.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
9.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
9.7 O reajuste pode ser realizado por apostilamento.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
10.1 O pagamento será efetuado mensalmente, até 30 (trinta) após a apresentação da respectiva nota fiscal, relatório dos serviços executados e solicitação de fornecimento.

10.2 Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei;
10.3 O pagamento poderá ser sustado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato;
10.4 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de atualização financeira, de acordo com o índice aplicável à espécie.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Caberá à CONTRATANTE, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidades pela unidade requisitante, aplicar ao CONTRATADO, as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito para faltas leves;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.1.1 Das multas:

a) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou
b) Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
c) O atraso injustificado na entrega dos serviços, sujeitará a contratada/detentora à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

I. de 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;
II. superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à do subitem "a)".
III. após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução total, aplicando-se o disposto no item 10.1.1.1. cumulativamente a este.
IV. O serviço não aceito deverá ser refeito no prazo de 24(vinte e quatro) ou outro prazo fixado pela administração, contados do recebimento da notificação.

Parágrafo único – A não ocorrência de substituição ou regularização dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no **subitem "a)"**, considerando-se a mora nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido deste item.

As multas referidas neste Termo não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

11.1.2 **Do impedimento de licitar e contratar:**

11.1.2.1 Ficará impedida de licitar e contratar, nos termos do artigo 156, III da Lei 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos, a pessoa física ou jurídica que

praticar as seguintes infrações legais previstas no artigo 155:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
b) Dar causa a inexecução total do contrato;
c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
d) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
e) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
f) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
g) Apresentar declaração ou documentação falsa;
h) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
j) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.3 **Da Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar:**

11.1.3.1 Será considerado inidôneo para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV da Lei 14.133/2021, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis), a pessoa física ou jurídica que praticar as infrações legais previstas no artigo 155, incisos VIII ao XII do mesmo diploma legal:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa
durante a licitação ou a execução do contrato;
b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 A sanção estabelecida no item 10.1.3. será precedida de análise jurídica, considerando reincidências de faltas, sua natureza e gravidade, e observará as regras previstas nos § 6º ao § 9º do Art. 156 da Lei 14.133/2021.

11.3 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias, encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

12. DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

12.1 A despesa com a execução deste contrato correrá de acordo com a natureza da despesa previstas e/ou abertas por crédito adicional suplementar ou especial no orçamento do Município para o exercício de 2025, devendo ser previstos os novos créditos orçamentários capazes de dar guarida às despesas decorrentes de eventuais alterações ou prorrogações deste contrato, mediante termo aditivo.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 O crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica, é o seguinte:

08 – Secretaria Municipal de Assistência Social
001 – Fundo Municipal de Assistência Social
2052 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
76 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

14. DA RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

14.1 A escolha da empresa CONSTRUTORA MILLANO, inscrita no CNPJ sob o nº 47.685.211/0001-79, para a prestação dos serviços, deve-se a uma análise criteriosa de conveniência, economicidade e capacidade técnica.
A empresa foi selecionada com base nos seguintes critérios:

- Proposta vantajosa: Apresentou orçamento compatível com os valores praticados no mercado local, conforme pesquisa de preços realizada, demonstrando economicidade para a Administração Pública.
- Capacidade técnica: Possui experiência comprovada na execução de serviços similares, o que garante a qualidade na prestação dos serviços, bem como o cumprimento dos prazos estabelecidos.
- Atendimento imediato: disponibilidade da empresa para cumprir os prazos estabelecidos, garantir flexibilidade para ajustes conforme as diretrizes do contratante e a oferta de suporte técnico durante o desenvolvimento das imagens, além da qualificação técnica.

Ademais, a empresa atende integralmente aos requisitos definidos no escopo do projeto, como capacidade de desenvolver maquete eletrônica, gerar perspectivas internas e externas com elementos humanizados, e realizar renderizações com padrão profissional.
Assim, a escolha da empresa revela-se a mais adequada, tanto sob o ponto de vista técnico quanto econômico, atendendo plenamente ao interesse público e aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade.
A contratação está fundamentada de acordo com o art. 75, inciso I, da Lei 14133/2021.

Bom Jesus/SC, 15 de julho de 2025.

Alicia Frozza Cousseau
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Rosane Siqueira
Responsável pela Fiscalização

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

O documento apresentado descreve de maneira adequada o planejamento da contratação,permitindo a avaliação de custos e demandas, e possui anexo os orçamentos e planilhas de preços de mercado, definindo a sistemática de suprimento, critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento,prazos de entrega e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva.

Dessa forma, nos termos do 75, inciso I da Lei 14.133/2021, aprovo o presente Termo de Referência.

Bom Jesus/SC, 15 de julho de 2025.

VILMAR PECCINI :94916314972

Assinado digitalmente por VILMAR PECCINI:94916314972
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial, OU=83857607000110, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(em branco), CN=VILMAR PECCINI:94916314972
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.07.15 11:32:35-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

Vilmar Peccini
Ordenador de Despesas